v7.n7.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

FALA QUEM PODE: A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DA SUSTENTABILIDADE E DO MEIO AMBIENTE NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (2022-2023)

ONLY THE POWERFUL SPEAK: THE MEDIA REPRESENTATION OF SUSTAINABILITY AND THE ENVIRONMENT IN FOLHA DE SÃO PAULO (2022-2023)

HABLA QUIEN PUEDE: LA REPRESENTACIÓN MEDIÁTICA DE LA SOSTENIBILIDAD Y DEL MEDIO AMBIENTE EN FOLHA DE SÃO PAULO (2022-2023)

Carolina Lopes Araujo[1], Márcia Brandão Dias, UnB[2], Ana Kátia Pinheiro Soares[3], Samara Martins Silva[4], Paloma Ludmyla Morais de Medeiros[5], Eduarda de Paula Miranda[6], Thaís Sabatovicz Paiva[7], Maria Eduarda Serpa de Oliveira[8]

e778428
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i7.8428

PUBLICADO: 07/2026

RESUMO

Este artigo analisa a representação midiática da sustentabilidade e do meio ambiente no jornal Folha de São Paulo, entre 1º de junho de 2022 e 31 de maio de 2023, com o objetivo de identificar quais vozes sociais são acionadas na cobertura jornalística e de que modo sua distribuição revela assimetrias de poder. A pesquisa é qualitativa, de natureza documental, e tem como *corpus* 91 matérias publicadas no portal da Folha de São Paulo. Para a seleção do *corpus* de pesquisa, aplicaram-se os termos de busca: sustentabilidade, ambiente, sustentável, sustentáveis, ambiental e ambientais. A análise apoia-se na teoria das representações sociais e na Análise Crítica do Discurso, especialmente na categoria da intertextualidade, para examinar quais fontes e textos externos são convocados a falar sobre o tema. Os resultados mostram a presença de múltiplas vozes, o que caracteriza a polifonia do debate, mas também evidenciam um padrão desigual de representação: especialistas, representantes empresariais e agentes governamentais aparecem com maior frequência e legitimidade, enquanto estudantes, comunidades tradicionais e outros grupos menos institucionalizados ocupam espaço reduzido. Conclui-se que a mídia participa da legitimação de discursos hegemônicos sobre sustentabilidade, ao mesmo tempo em que limita a pluralidade efetiva do debate público. O estudo contribui para a reflexão crítica sobre jornalismo ambiental, poder simbólico e democratização dos discursos socioambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Representação midiática. Intertextualidade. Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

This article analyzes the media representation of sustainability and the environment in the newspaper Folha de São Paulo between June 1, 2022, and May 31, 2023, aiming to identify which

[1] UnB, doutora em Desenvolvimento Sustentável.
[2] graduanda em Gestão Ambiental.
[3] UnB, bacharel em Gestão Ambiental.
[4] USP, doutora em Recursos Florestais.
[5] UnB, mestranda em Arquitetura e Urbanismo.
[6] UniCEUB, bacharel em Administração.
[7] UnB, bacharel em Gestão Ambiental.
[8] UnB, graduanda em Gestão Ambiental.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

social voices are mobilized in journalistic coverage and how their distribution reveals asymmetries of power. The research is qualitative and documentary in nature, based on a corpus of 91 articles published on the Folha de São Paulo website. For corpus selection, the search terms sustainability, sustainable, environment, environmental and their inflected forms were applied. The analysis is grounded in Social Representation Theory and Critical Discourse Analysis, particularly the category of intertextuality, to examine which sources and external texts are invoked to speak about the topic. The results show the presence of multiple voices, characterizing the polyphony of the debate, but also reveal an unequal pattern of representation: specialists, business representatives, and government agents appear more frequently and are granted greater legitimacy, while students, traditional communities, and other less institutionalized groups occupy limited space. It is concluded that the media participates in legitimizing hegemonic discourses on sustainability while simultaneously limiting the effective plurality of public debate. This study contributes to critical reflections on environmental journalism, symbolic power, and the democratization of socio-environmental discourses.

KEYWORDS: *Sustainability. Media representation. Intertextuality. Critical discourse analysis.*

RESUMEN

Este artículo analiza la representación mediática de la sostenibilidad y del medio ambiente en el periódico Folha de São Paulo entre el 1 de junio de 2022 y el 31 de mayo de 2023, con el objetivo de identificar qué voces sociales son movilizadas en la cobertura periodística y de qué manera su distribución revela asimetrías de poder. La investigación es de carácter cualitativo y documental, y se basa en un corpus de 91 textos publicados en el portal digital de Folha de São Paulo. Para la selección del corpus se aplicaron los siguientes términos de búsqueda: sostenibilidad, ambiente, sostenible, sostenibles, ambiental y ambientales. El análisis se fundamenta en la teoría de las representaciones sociales y en el Análisis Crítico del Discurso, especialmente en la categoría de intertextualidad, con el fin de examinar qué fuentes y textos externos son convocados para hablar sobre el tema. Los resultados evidencian la presencia de múltiples voces, lo que caracteriza la polifonía del debate, pero también revelan un patrón desigual de representación: especialistas, representantes empresariales y agentes gubernamentales aparecen con mayor frecuencia y legitimidad, mientras que estudiantes, comunidades tradicionales y otros grupos menos institucionalizados ocupan un espacio reducido. Se concluye que los medios de comunicación participan en la legitimación de discursos hegemónicos sobre la sostenibilidad, al mismo tiempo que limitan la pluralidad efectiva del debate público. El estudio contribuye a la reflexión crítica sobre el periodismo ambiental, el poder simbólico y la democratización de los discursos socioambientales.

PALABRAS CLAVE*: Sostenibilidad. Representación mediática. Intertextualidad. Análisis crítico del discurso.*

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade tornou-se uma categoria central do debate público contemporâneo. Mudanças climáticas, perda de biodiversidade, insegurança hídrica, degradação florestal, poluição e desigualdades socioambientais passaram a ocupar espaços cada vez mais amplos na agenda social, política e econômica. Em um cenário de crises sobrepostas, a circulação de sentidos sobre o que é sustentabilidade, quem é responsável por promovê-la e quais caminhos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

são considerados legítimos para sua realização ganhou enorme relevância (NASCIMENTO, 2012). Nessa dinâmica, a mídia exerce função decisiva, pois não apenas informa sobre acontecimentos relacionados ao meio ambiente, mas também seleciona fontes, enquadra problemas, hierarquiza temas, define ênfases e contribui para a produção de significados.

Compreender a representação midiática da sustentabilidade exige reconhecer que o jornalismo não se limita à transmissão neutra dos fatos. Ao decidir quem fala, em que condições fala, quais vozes recebem mais espaço e quais aparecem de modo episódico ou marginal, os meios de comunicação participam da disputa simbólica em torno da definição da realidade (VAN DIJK, 2015; THOMPSON, 2011; HALL, 1997). A sustentabilidade, nesse sentido, não pode ser tratada apenas como um conceito técnico da busca por equilíbrio entre economia, sociedade e natureza. Trata-se de um campo marcado por tensões, interesses e relações de poder, no qual diferentes atores disputam legitimidade para definir os problemas ambientais e propor soluções a eles (NASCIMENTO, 2012).

Entre 2022 e 2023, a agenda ambiental brasileira esteve conectada à transição do governo federal, à polarização do debate eleitoral, ao recrudescimento de conflitos territoriais e à retomada de discussões sobre a demarcação de territórios indígenas, o racismo ambiental, o licenciamento de exploração mineral e energética na Amazônia e a governança climática. Esse contexto tornou ainda mais relevante investigarmos como um jornal de grande circulação representou a sustentabilidade e o meio ambiente em suas páginas e quais agentes foram chamados pelo veículo jornalístico para contribuir com esse debate (e quais foram deixados de fora).

Nossa escolha pela Folha de São Paulo como objeto empírico decorre de sua expressiva circulação e relevância na esfera pública brasileira. Como veículo de alcance nacional, o jornal participa intensamente da formulação do debate público, contribuindo para legitimar temas, enquadramentos e interlocutores. A análise de sua cobertura sobre sustentabilidade e meio ambiente permite, portanto, observarmos de que modo o espaço midiático distribui voz e autoridade discursiva em torno de um tema central para o presente e o futuro da sociedade.

A presente pesquisa parte do seguinte problema: como a sustentabilidade e o meio ambiente foram representados no jornal Folha de São Paulo entre junho de 2022 e maio de 2023, e quais atores sociais obtiveram espaço de palavra nessa cobertura? A investigação busca responder a essa questão examinando a presença da intertextualidade nos textos jornalísticos, isto é, a forma pela qual outras vozes, fontes e textos externos são representados nos textos publicados pelo jornal. Com isso, buscamos mapear a distribuição do acesso ao espaço midiático

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

e identificar padrões de assimetria na representação dos diferentes grupos sociais no debate socioambiental.

Como objetivos específicos deste trabalho, buscamos: a) mapear as vozes externas convocadas nas matérias; b) comparar a intertextualidade presente em textos noticiosos e de opinião; c) observar tendências temáticas e temporais na cobertura; e d) discutir de que maneira a seleção de fontes contribui para a legitimação de discursos hegemônicos e para a marginalização de vozes menos institucionalizadas.

Adotamos metodologia qualitativa, de natureza documental, baseada na análise de um *corpus* composto por 91 matérias publicadas no portal eletrônico da Folha de São Paulo. O recorte temporal compreende um ano, de 1º de junho de 2022 a 31 de maio de 2023. A seleção do *corpus* partiu de um universo inicial de 9.823 resultados recuperados no site do jornal por meio dos termos-chave sustentabilidade, ambiente, sustentável, sustentáveis, ambiental e ambientais. Dentre esses, foram selecionados apenas textos que atendiam a três critérios: (i) apresentavam ao menos um termo-chave no título e no lead; (ii) tinham a sustentabilidade e o meio ambiente como temas centrais; e (iii) continham mais de uma ocorrência de termos-chave no corpo do texto. O *corpus* final reuniu 91 textos.

Para o tratamento analítico dos dados, recorreu-se à Análise Crítica do Discurso, especialmente à categoria da intertextualidade, conforme discutida por Fairclough (2001; 2012), articulada à teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2007), às reflexões sobre polifonia (BAKHTIN, 2013) e sobre poder simbólico (BOURDIEU, 2007).

Do ponto de vista analítico, o estudo considera que diferentes vozes não ocupam o discurso midiático de maneira equivalente. A diversidade aparente de perspectivas não elimina a possibilidade de que certos atores sejam reiteradamente legitimados como fontes autorizadas, enquanto outros permaneçam sub-representados. A hipótese orientadora, derivada do referencial teórico mobilizado, é que a mídia tende a favorecer atores com maior capital simbólico e institucional, como especialistas, governos e representantes do mercado, reproduzindo desigualdades de poder presentes em outras esferas sociais.

A relevância deste artigo reside em dois níveis complementares. Em primeiro lugar, ele contribui para o campo dos estudos de mídia, discurso e sustentabilidade ao oferecer uma análise sistemática sobre a distribuição de vozes em um grande jornal brasileiro. Em segundo lugar, oferece subsídios para uma reflexão crítica sobre a qualidade democrática do debate público socioambiental, uma vez que a pluralidade efetiva de perspectivas é condição importante para a compreensão da complexidade dos desafios contemporâneos, e a mídia é um dos espaços onde essa composição pode ser favorecida ou restringida.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Além desta introdução, o artigo organiza-se em cinco partes. Na primeira, apresenta-se o referencial teórico que sustenta a análise, com ênfase na sustentabilidade como campo de disputa, na polifonia e na intertextualidade, bem como no papel da mídia na construção de sentidos e relações de poder. Em seguida, descreve-se o percurso metodológico da pesquisa. Na terceira seção, apresentam-se os resultados e a discussão, trazendo a análise da intertextualidade representada nos textos. Por fim, são expostas as considerações finais e as recomendações decorrentes do estudo.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de sustentabilidade adquiriu difusão global a partir do relatório Nosso Futuro Comum publicado em 1987 (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987). Nesse documento, a noção de desenvolvimento sustentável é apresentada como a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as próprias necessidades. Embora tenha se tornado referência, a formulação consagrada pelo relatório não encerra o debate em sentido conceitual. Ao contrário, sua ampla circulação favoreceu apropriações e disputas diversas em torno de seus significados e implicações.

A consolidação internacional do tema também foi intensificada pela Agenda 21 (UNITED NATIONS, 1992), aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. A Agenda 21 reforçou a ideia de que questões ambientais precisam ser enfrentadas de forma articulada a agendas econômicas, sociais e institucionais. Essa ampliação favoreceu a entrada do termo sustentabilidade em espaços muito distintos: políticas públicas, planejamento urbano, gestão empresarial, cooperação internacional, educação ambiental e comunicação social. Porém, a própria amplitude da categoria passou a permitir interpretações concorrentes, não raro marcadas por interesses divergentes.

Nesse sentido, Nascimento (2012) propõe compreender a sustentabilidade não apenas como conceito, mas como campo de disputa sobre o futuro civilizacional. Para o autor, a noção remete à durabilidade do gênero humano em condições de justiça social e possibilidade de realização de potencialidades. No entanto, a apropriação social do termo não ocorre em terreno neutro. Pelo contrário, a sustentabilidade converte-se em arena na qual se confrontam agentes, valores, estratégias e projetos de sociedade distintos. Essa concepção da sustentabilidade como

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

campo de disputa de poder nos leva a analisar sua circulação na mídia, pois permite observar não apenas a presença do tema, mas os interesses e posições que se articulam através dele.

Bursztyn e Bursztyn (2006) também mostram que a trajetória histórica da ideia de desenvolvimento sustentável está ligada a mutações políticas e institucionais no modo como a questão ambiental se incorporou aos debates públicos. Na medida em que crises ecológicas ganharam relevância, tornaram-se necessárias narrativas que relacionam proteção ambiental, desenvolvimento e governança. Esse processo não eliminou conflitos; ao contrário, reforçou disputas entre visões que priorizam crescimento econômico, conservação, justiça social, inovação tecnológica ou transformação estrutural.

Para compreender como tais disputas aparecem no discurso, a noção de polifonia é particularmente útil. Bakhtin (2013) concebe a polifonia como coexistência de múltiplas vozes e consciências relativamente autônomas em um mesmo universo discursivo. Em vez de um discurso homogêneo, a polifonia remete a um espaço de convivência, tensão e confronto entre perspectivas diversas. Em textos midiáticos, isso significa reconhecer que a escrita jornalística frequentemente incorpora vozes de outros atores sociais para além da voz autoral, mas nem sempre de forma equilibrada.

A categoria de intertextualidade, da Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2001; 2012), permite operacionalizar essa percepção. A intertextualidade manifesta-se quando um texto incorpora, cita, alude ou mobiliza outros textos, seja por discurso direto, indireto, paráfrase, referência normativa ou evocação implícita. Em termos metodológicos, a análise da intertextualidade possibilita identificar quem é convocado a falar, sob quais condições, com que estatuto de legitimidade e em quais gêneros textuais essa convocação se torna mais ou menos frequente. Trata-se, portanto, de uma ferramenta útil para examinar a distribuição do espaço de palavra na mídia.

A Análise Crítica do Discurso parte da premissa de que a linguagem é prática social e de que os textos não apenas espelham relações sociais, mas também contribuem para produzi-las e transformá-las (FAIRCLOUGH, 2012). Discurso, nessa perspectiva, é sempre atravessado por ideologia, hegemonia e relações de poder. A mídia, por sua capilaridade e autoridade simbólica, torna-se um espaço crucial para a consolidação de sentidos. Examinar quem fala sobre sustentabilidade não significa apenas listar fontes, mas desvelar processos pelos quais alguns discursos ganham centralidade e outros permanecem periféricos.

A teoria das representações sociais, formulada por Moscovici (2007), oferece base importante para essa reflexão. Para o autor, sociedades produzem diferentes conjuntos de ideias coletivas sobre o mesmo objeto, e tais diferenças estão associadas a distribuições desiguais de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

poder. Tais representações sociais condicionam sua percepção e interpretação do mundo. E a mídia participa intensamente desse processo ao tornar certos discursos mais visíveis, inteligíveis e compartilháveis do que outros.

Thompson (2011) argumenta que os meios de comunicação moldam significados e relações de poder, influenciando a formação da opinião pública. Hall (1997), por sua vez, sustenta que a mídia não apenas reflete a realidade, mas a constrói por meio de práticas de representação. Ao enquadrar acontecimentos, selecionar sujeitos autorizados e definir repertórios simbólicos, os meios de comunicação ajudam a constituir aquilo que será socialmente percebido como problema, evidência, solução ou consenso. Aplicado à sustentabilidade, esse argumento sugere que as narrativas midiáticas participam da conformação dos próprios contornos do debate socioambiental.

No campo específico da sustentabilidade, Santos (2005) observa que a mídia exerce papel essencial de mediação entre informações técnicas e o público geral. Essa mediação, contudo, pode tanto ampliar a compreensão da complexidade da temática quanto simplificar problemas estruturais. Nesse contexto, Bueno (2007, p. 36) explica que “o jornalismo ambiental não pode comprometer-se com a isenção porque participa de um jogo amplo (e nada limpo) de interesses”. Para além da simples divulgação de informações, ele envolve processos de contextualização, tradução do conhecimento científico e problematização dos desafios da sustentabilidade. E assim promove a visibilidade de certos atores e perspectivas no debate midiático, legitimando determinadas visões de sustentabilidade em detrimento de outras. Nesse processo, tem-se o risco de a mídia jornalística incorrer na violência epistêmica que reforça a colonialidade ambiental denunciada por Sultana (2022, p. 6). É justamente por isso que a análise da diversidade e da assimetria das vozes representadas torna-se relevante para interpretar a qualidade e os limites do debate público sobre sustentabilidade.

Hajer (2005) destaca que diferentes coalizões discursivas disputam os significados legítimos dos problemas socioambientais e as formas adequadas de enfrentá-los. Nascimento (2012) defende a ideia de que a sustentabilidade é campo de disputa. A mídia é, portanto, um terreno estratégico para a sedimentação de certos enquadramentos semânticos (THOMPSON, 2011). Quando especialistas e agentes econômicos aparecem reiteradamente como intérpretes autorizados, por exemplo, reforçam-se compreensões específicas do problema e do repertório de soluções, frequentemente mais compatíveis com visões tecnocráticas ou de mercado.

Van Dijk (2015) oferece outra chave interpretativa relevante ao propor a noção de elite simbólica. Segundo o autor, determinados grupos — como políticos, jornalistas, acadêmicos, burocratas e empresários — possuem acesso especial ao campo de debate e, por isso, dispõem

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

de meios ampliados para influenciar definições socialmente legitimadas da realidade. No contexto desta pesquisa, van Dijk (2015) nos ajuda a compreender por que alguns atores tendem a ser mais frequentemente representados e citados em matérias sobre sustentabilidade. A presença recorrente dessas vozes não decorre apenas de expertise, mas também de sua posição privilegiada nas estruturas de poder e circulação discursiva.

Estudos anteriores sobre representação midiática reforçam a pertinência dessa abordagem. Ramalho e Resende (2011), em estudo sobre violência e violação de direitos contra pessoas em situação de rua, mostram como a intertextualidade permite identificar quais vozes são chamadas a falar e quais permanecem silenciadas. Ramalho (2020) também evidencia como o acesso ao espaço de palavra é distribuído de forma desigual. Este trabalho inspirou-se nessas contribuições para examinar a cobertura sobre sustentabilidade e meio ambiente na Folha de São Paulo.

Também é importante considerar a especificidade do veículo analisado. Mendonça (2024), ao estudar a representação de ações e políticas públicas na Folha de São Paulo em outro objeto temático, aponta o alinhamento do jornal a interesses dos detentores de capital e destaca características de seu público leitor, associado ao alto padrão de escolaridade e renda. Embora o objetivo da autora seja distinto do deste artigo, sua análise ajuda a sustentar a hipótese de que escolhas editoriais e padrões de legitimidade das fontes podem ser afetados pelo perfil do veículo, de sua audiência e de suas relações com o campo social em que atua.

Em síntese, o referencial teórico deste estudo articula quatro eixos: (i) a sustentabilidade como campo de disputa; (ii) a polifonia e a intertextualidade como categorias para compreender a circulação de vozes; (iii) a mídia como espaço de construção de significados e reprodução de relações de poder; e (iv) a noção de disputa simbólica como chave para interpretar assimetrias de representatividade. Essa combinação permite investigar não somente como os temas aparecem na cobertura da sustentabilidade, mas sobretudo quem fala sobre eles e quais implicações essa distribuição de vozes produz para o debate público.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza documental, concentra-se na análise de textos jornalísticos publicados no portal eletrônico da Folha de São Paulo. O recorte temporal abrange o período de 1º de junho de 2022 a 31 de maio de 2023. Esse intervalo de doze meses nos permitiu observar recorrências, inflexões temáticas e possíveis relações entre

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

eventos de grande repercussão e a cobertura sobre sustentabilidade e meio ambiente. O período considerado também atravessa a transição entre o período presidencial de Bolsonaro e o início do novo Governo Lula, e essa transição trouxe transformações relevantes na agenda ambiental brasileira.

A definição do *corpus* ocorreu em etapas. Inicialmente, realizamos a busca no portal da Folha de São Paulo a partir dos termos-chave sustentabilidade e ambiente, acrescidos de seus derivados sustentável, sustentáveis, ambiental e ambientais. A recuperação dos resultados, restrita ao período do estudo e ao filtro “Tudo na Folha”, produziu um conjunto de 9.823 textos distribuídos em 36 diferentes cadernos do jornal. Esse levantamento inicial ofereceu uma dimensão da intensidade e da dispersão temática da pauta, consonante ao que argumenta Bueno (2007, p. 36) de que a cobertura do meio ambiente pela mídia se faz presente em vários cadernos e editorias.

Para viabilizar o estudo qualitativo aprofundado, fez-se necessário restringirmos tal volume de textos em um *corpus* analítico manejável. Para a construção do *corpus* final, foram considerados apenas os textos que cumpriam os três critérios de seleção ilustrados na Figura 1. O primeiro critério foi a inclusão dos termos-chave no título ou no lead da publicação. O segundo critério considerou a vinculação da temática principal do texto com sustentabilidade e meio ambiente, evitando incluir ocorrências laterais ou circunstanciais dos termos pesquisados. O terceiro critério incluiu possuir mais de uma ocorrência de ao menos um dos termos-chave no corpo do texto. Resultante dessa seleção, consolidamos o *corpus* de análise composto por 91 textos.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Figura 1. Etapas de construção do *corpus* de pesquisa



Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do software NotebookLM.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

O veículo selecionado para a análise foi a Folha de São Paulo por sua relevância nacional e por seu posicionamento no mercado jornalístico. Conforme o ranking do Instituto Verificador de Circulação (IVC, 2023), o jornal figura entre os veículos com maior número de assinantes no Brasil em 2023 e, portanto, tende a alcançar públicos amplos.

Utilizamos a extensão NCapture do Google Chrome para a coleta dos textos no portal do assinante da Folha de São Paulo (https://www.folha.uol.com.br/). Os materiais foram coletados no formato “Artigo como PDF”, gerando arquivos no formato “.nvcx”, padrão utilizado pelo software NVivo. O material assim capturado reúne metadados relevantes, como data de publicação, data de acesso, palavras-chave e seção da publicação, além do link para acesso à publicação. Esses metadados foram utilizados como atributos de classificação do *corpus*.

Os arquivos foram, então, importados para a interface do software de apoio à análise qualitativa NVivo 11, (LUMIVERO, 2015). A partir desse ambiente, os textos poderiam ser exportados em formato “.pdf” para leitura fora da interface do programa. No entanto, optamos por realizar a leitura e a codificação (categorização) dos materiais com auxílio do próprio software, na interface do programa.

O uso do NVivo atendeu a dois propósitos complementares. Primeiro, permitiu organizar o *corpus* e seus atributos de classificação, permitindo-nos exportar uma tabela em Excel com metadados das publicações. Segundo, viabilizou a codificação sistemática da representação de intertextualidade nos textos. À medida que identificávamos a presença de citações diretas, referências indiretas e alusões a vozes externas à voz autoral, construímos categorias dos atores sociais cujas vozes estavam representadas nas matérias. As categorias de “falantes”, utilizadas para mapear a intertextualidade, foram definidas em sucessivas rodadas de discussão entre as pesquisadoras, nas quais se estabeleceu quais atores deveriam ser agrupados e quais demandavam desagregação em subcategorias, bem como se definiram as denominações atribuídas a cada categoria.

Assumiu-se como unidade mínima de codificação a frase completa. Cada passagem em que outro texto ou outra voz se fazia representar — por discurso direto, discurso indireto, alusão, referência ou evocação de relatório, lei, estudo científico ou ator coletivo — foi marcada e codificada numa categoria de “falante”. Cada texto foi lido e codificado por ao menos duas pesquisadoras. Quando havia divergência nas codificações, o caso era levado à discussão para deliberarmos em conjunto sobre a codificação de cada excerto. Nesse processo, algumas categorias foram refinadas, outras se expandiram e algumas foram aglutinadas para evitar redundância. Ao final do processo, consolidamos treze categorias de vozes representadas nos textos analisados, as quais estão dispostas na Figura 2.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Figura 2. Intertextualidade nos textos jornalísticos da Folha de São Paulo com temática de sustentabilidade e meio ambiente



Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do MS Office.

Quanto ao tipo de texto, dos 91 materiais analisados, 53 foram classificados como notícias e 38 como textos de opinião. Essa distinção foi importante porque o lugar de fala, as rotinas de produção e as convenções de gênero textual variam entre notícia e opinião. Nos textos opinativos, a autoria individual dos colunistas ou convidados traz um nível específico de legitimidade e posicionamento. Tal fato recomenda uma análise diferenciada entre a voz autoral e as vozes externas mobilizadas por intertextualidade.

A análise dos dados foi orientada pela Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2012), particularmente interessada em examinar como linguagem, ideologia e poder se articulam nos textos. No caso desta pesquisa, o foco recaiu sobre a intertextualidade como categoria sociodiscursiva capaz de revelar quais sujeitos e instituições obtêm acesso ao espaço de palavra no discurso midiático. A teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2007) e a noção de elite simbólica (VAN DIJK, 2015) funcionaram como suportes interpretativos para discutir a desigualdade na distribuição desse acesso.

Cabe registrar que a pesquisa não se propôs a medir recepção, impacto ou intenção editorial do jornal, mas a descrever e interpretar, a partir dos textos publicados, os padrões de representatividade das vozes acionadas pela Folha de São Paulo ao tratar de sustentabilidade e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

meio ambiente. Seu propósito é oferecer interpretação crítica, empiricamente fundada, de um conjunto significativo de textos publicados por um veículo de grande influência. Ao privilegiar a intertextualidade, a metodologia adotada permite lançar luz sobre a constituição discursiva da sustentabilidade na mídia e sobre os mecanismos pelos quais alguns atores se tornam mais visíveis e legítimos do que outros.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presença de 38 textos de opinião no *corpus* analisado já indica que a sustentabilidade e o meio ambiente não aparecem apenas como pauta informativa, mas também como tema de forte elaboração em colunas, editoriais e espaços de convidados. A diferença entre esses gêneros textuais, quais sejam: notícias e textos opinativos, é central para a análise. Os textos de opinião explicitam posicionamentos e oferecem espaços privilegiados de manifestação autoral, ao passo que as notícias mobilizam rotinas de apuração e legitimação de fontes buscando-se representar maior objetividade jornalística.

A distribuição temporal do *corpus* mostra que a cobertura variou ao longo do período, associando-se a acontecimentos específicos. Junho de 2022 concentrou elevada incidência de textos relacionados à Conferência Estocolmo+50, realizada nos dias 2 e 3 daquele mês. O evento reverberou em temas como tecnologias verdes, cidades sustentáveis, justiça ambiental, transição energética e mudanças climáticas. Em agosto, setembro e outubro de 2022, o debate ambiental passou a se entrelaçar com o contexto das eleições presidenciais brasileiras, ao mesmo tempo em que a realização do evento Rock in Rio propiciou a abordagem da sustentabilidade voltada ao público jovem. Em novembro, apesar da realização da COP27 no Egito, a intensidade da cobertura diminuiu; em fevereiro de 2023, a pauta voltou a ganhar força por conta de eventos extremos em diferentes regiões do país; março destacou o crime ambiental; abril reuniu matérias sobre iniciativas e acordos internacionais; e maio foi marcado por críticas às políticas ambientais brasileiras e pelo aumento das demandas de sustentabilidade nas atividades econômicas.

Esse comportamento temporal sugere que a sustentabilidade aparece na Folha de São Paulo tanto em conexão com grandes eventos internacionais quanto em associação a conjunturas domésticas e acontecimentos de alta repercussão. Isso aponta a heterogeneidade do tema e sua capacidade de ser articulado a agendas distintas, da diplomacia climática ao mercado, do ativismo à cultura pop, da gestão urbana ao debate eleitoral. Ao mesmo tempo,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

essa elasticidade temática pode favorecer enquadramentos diversos e priorizar a perspectiva de alguns atores sociais em detrimento de outros.

Nos textos de opinião, há um dado relevante quanto à classificação dos autores. Dos 38 textos opinativos, 26 são assinados por especialistas, 5 por integrantes de comunidades tradicionais — todos associados à colunista Txai Suruí no *corpus* —, 4 por representantes de empresas e atividades econômicas, 2 por políticos ou candidatos e 1 pelo editorial do jornal, como ilustra a Figura 3. Esses números indicam que o próprio acesso ao espaço autoral do gênero opinião é desigual. O jornal reserva, majoritariamente, esse espaço a autores investidos de autoridade técnico-científica, intelectual ou institucional. Ainda que o *corpus* inclua presença importante de autoria indígena, na voz autoral da colunista indígena rondoniense da etnia Paiter Suruí, a voz das comunidades tradicionais permanece minoritária frente ao predomínio de especialistas.

Figura 1. Vozes autorais dos textos de opinião



Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do software NotebookLM.

Essa constatação dialoga diretamente com a noção de elite simbólica. Ao convidar majoritariamente especialistas para opinar, o veículo reforça a ideia de que a sustentabilidade deve ser interpretada prioritariamente por sujeitos detentores de capital acadêmico ou técnico. Essa predominância não invalida a importância do conhecimento especializado, mas revela uma hierarquia de legitimação discursiva. O espaço opinativo, por sua natureza de intervenção interpretativa, transforma essa hierarquia em mecanismo explícito de seleção do que merece destaque e autoridade pública.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Quando se observa a intertextualidade nos próprios textos de opinião, o padrão permanece. A voz da ONU, de suas agências e acordos internacionais, foi representada em 13 dos 38 textos. Especialistas apareceram em 11 textos; empresas e atividades econômicas, em 10; governos e órgãos públicos, em 7; sociedade em geral, também em 7; legislação e normas, em 4; ONGs, em 3; países e comunidade internacional, em 3; ativistas, em 2; políticos e candidatos, em 2; comunidades tradicionais, em 1; estudantes, em 1; e mitologia, misticismo e religião, em 1. A presença relativamente expressiva da ONU e de especialistas mostra a força de uma intertextualidade baseada na legitimidade institucional e técnico-científica. Já a baixa ocorrência de comunidades tradicionais, estudantes e vozes menos institucionalizadas indica que a pluralidade existe, mas se distribui de forma assimétrica.

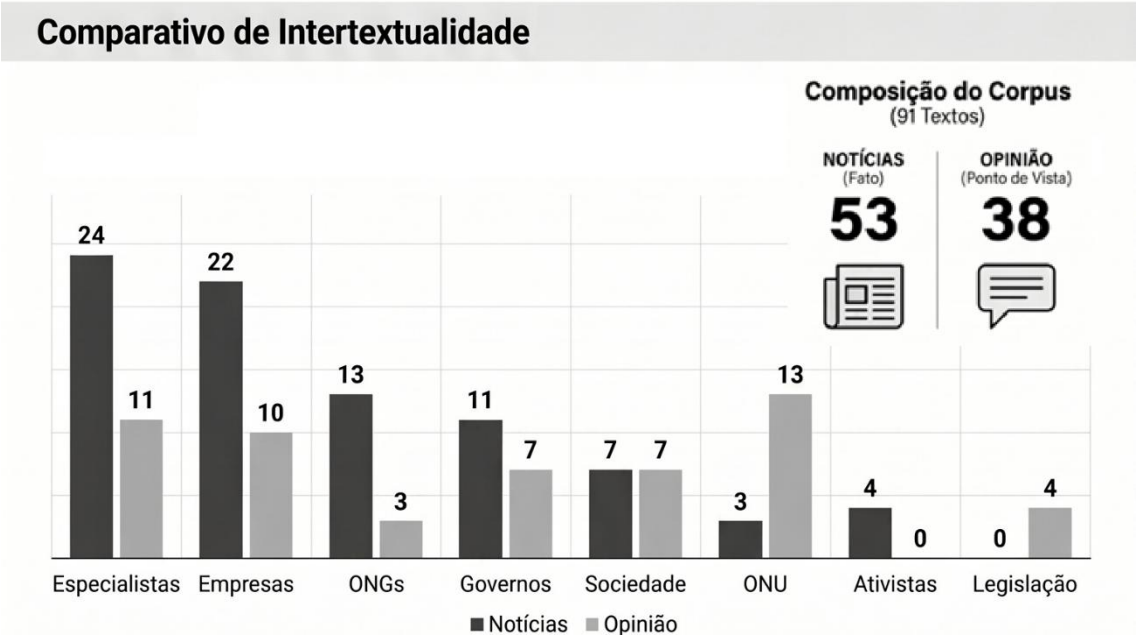
Em textos de opinião, a ONU aparece frequentemente como referência normativa de definição, meta ou orientação global; especialistas são convocados para dar densidade técnico-científica ou crítica; empresas entram como representantes de inovação, finanças sustentáveis e estratégias de mercado; governos e legislação aparecem em debates sobre políticas públicas, regulação e responsabilização estatal. Por outro lado, quando comunidades tradicionais ou estudantes surgem, a representação tende a ser episódica, sem a mesma recorrência e capilaridade institucional das categorias hegemônicas.

Nas notícias, a assimetria também é nítida. Entre os 53 textos noticiosos analisados, especialistas são a categoria mais frequente, presentes em 24 matérias. Em seguida aparecem empresas e atividades econômicas, com 22 ocorrências; ONGs, com 13; governos e órgãos públicos, com 11; sociedade em geral, com 7; ativistas, com 4; ONU e suas agências, com 3; países e comunidade internacional, com 3; comunidades tradicionais, com 2; estudantes, com 2; políticos e candidatos, com 2; e legislação e normas, com 1. A notícia, gênero que recorre sistematicamente a fontes para sustentar credibilidade, mostra forte dependência de especialistas e agentes econômicos, reforçando a articulação entre legitimidade jornalística e autoridade institucionalizada.

O Gráfico 1 ilustra a comparação entre os textos de opinião e as notícias e revela nuances importantes. Nos textos de opinião, as vozes da ONU, de especialistas e de empresas se sobressaem, mas o gênero também explicita o lugar de fala do autor e pode assumir tom mais normativo ou ensaístico. Nas notícias, por sua vez, a presença de especialistas e empresas é ainda mais acentuada. Esse dado sugere que o discurso informativo da sustentabilidade na Folha de São Paulo se ancora fortemente em interpretações técnico-científicas e econômicas. Em outras palavras, o jornalismo de notícia tende a tratar esses atores como fontes confiáveis, aptas a explicar, traduzir ou validar o problema ambiental perante o leitor.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Gráfico 1. Intertextualidade no *corpus* em textos de opinião e notícias



Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio dos *softwares* MS Office (Excel e PowerPoint) e NotebookLM.

Do ponto de vista temático, o *corpus* mostra que a sustentabilidade aparece frequentemente associada a inovação, governança corporativa, finanças sustentáveis, eficiência tecnológica, iniciativas empresariais, agendas internacionais e gestão pública. Mesmo quando surgem pautas vinculadas à justiça ambiental, ao racismo ambiental ou a violências territoriais, o acesso ao espaço de fala permanece mais intenso para especialistas, organizações e representantes institucionais do que para sujeitos diretamente afetados. Essa constatação é especialmente relevante porque ela indica que a pluralidade temática não garante, automaticamente, pluralidade de representação social.

A presença de ONGs e de ativistas merece análise específica. Nas notícias, ONGs aparecem em 13 textos e ativistas em 4; nos opinativos, ONGs aparecem em 3 e ativistas em 2. Embora superior à presença de estudantes ou comunidades tradicionais, esse volume ainda é significativamente inferior à frequência de especialistas, empresas e governos. Há, portanto, participação da sociedade civil organizada, mas em nível intermediário. Essas vozes são reconhecidas, porém não ocupam posição central no desenho geral do debate. Isso sugere que a mídia admite a legitimidade de atores sociais organizados, desde que frequentemente mediados por linguagens institucionais ou por posições que possam ser enquadradas como representativas de coletivos reconhecíveis.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A categoria “sociedade em geral”, presente em 7 textos de opinião e 7 notícias, expressa um fenômeno discursivo adicional. Em muitos trechos, o jornal faz referência a “o mundo”, “as pessoas”, “a sociedade” ou “hoje se fala em”, sem especificar sujeitos concretos. Trata-se de uma voz difusa, despersonalizada, que funciona como marcador amplo de consenso, expectativa social ou opinião pública. Embora tal recurso possa ampliar o alcance retórico do texto, ele também dilui conflitos e apaga diferenças entre grupos efetivamente situados. Em termos de representação, essa categoria não substitui a presença concreta de sujeitos sociais específicos, mas antes pode operar como recurso abstrato de legitimação.

A baixa ocorrência de estudantes, comunidades tradicionais e vozes vinculadas a cosmologias não hegemônicas é um dos resultados mais significativos do estudo. Nos textos de opinião, comunidades tradicionais aparecem como voz intertextual em apenas 1 ocorrência, estudantes em 1, e mitologia, misticismo e religião em 1; nas notícias, comunidades tradicionais e estudantes aparecem em 2 notícias cada. Essa participação reduzida contrasta com o reconhecimento, no próprio debate contemporâneo, da importância dos povos originários, dos conhecimentos locais e das gerações jovens nas agendas socioambientais. A diferença entre reconhecimento discursivo amplo e efetivo acesso ao espaço de fala é, portanto, um dos resultados importantes das análises.

Esse resultado torna-se ainda mais expressivo quando contrastado com a relevância que os povos tradicionais e as juventudes climáticas adquiriram internacionalmente nos debates ambientais. O *corpus* mostra que, mesmo em um período em que racismo ambiental, emergência climática e protagonismo indígena ganharam visibilidade pública, tais sujeitos não receberam espaço proporcional como fontes e vozes centrais na cobertura. Em vez disso, especialistas, empresários e governos continuaram a estruturar o debate. Tal padrão confirma a hipótese teórica de que a mídia tende a favorecer atores dotados de maior capital simbólico e institucional.

Outro aspecto relevante diz respeito ao predomínio de uma racionalidade técnico-econômica na cobertura. A presença expressiva de especialistas e empresas, articulada a temas como ESG, governança, inovação, tecnologia e investimentos, sugere que a sustentabilidade é frequentemente enquadrada como problema de gestão, regulação e eficiência. Isso não significa que dimensões sociais estejam ausentes; elas aparecem em pautas sobre racismo ambiental, desigualdade, catástrofes e direitos. Contudo, a arquitetura geral do *corpus* indica que o debate é fortemente mediado por linguagens técnicas, normativas e de mercado. Sob esse enquadramento, a sustentabilidade pode ser representada como questão de aperfeiçoamento institucional e empresarial, e não necessariamente como problema estrutural ligado a desigualdade, colonialidade, conflito territorial e redistribuição de poder.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A interpretação desses resultados converge com Hall (1997) e Thompson (2011), para quem a mídia participa da construção social da realidade e ajuda a consolidar relações de poder ao tornar alguns discursos mais visíveis e naturalizados que outros. Também confirma a pertinência da teoria das representações sociais de Moscovici (2007), ao mostrar que a pluralidade de ideias sobre sustentabilidade não apaga as assimetrias de sua circulação social. Pelo contrário: as diferenças na representatividade observadas no *corpus* expressam e reproduzem desigualdades mais amplas de poder simbólico e institucional (BOURDIEU, 2007; NASCIMENTO, 2012).

A leitura comparativa entre gêneros também mostra que a presença de diferentes vozes não significa, necessariamente, confronto equivalente entre perspectivas. A polifonia identificada é real, mas hierarquizada. Há multiplicidade de atores, porém nem todos dispõem da mesma autoridade, da mesma frequência de fala ou do mesmo poder de enquadramento do debate. Em muitos casos, vozes contra-hegemônicas aparecem como exemplificação, testemunho ou ilustração, enquanto vozes hegemônicas aparecem como interpretação, definição e validação. Essa diferença é crucial para compreender como o jornalismo distribui legitimidade discursiva.

A análise permite ainda perceber que o debate sobre sustentabilidade e meio ambiente, tal como representado no *corpus*, é atravessado por uma tensão entre universalização e concretude. Organismos internacionais, legislação, governos e especialistas são frequentemente acionados para conferir universalidade, norma ou racionalidade ao discurso. Já comunidades afetadas, estudantes e sujeitos sub-representados aparecem de forma mais localizada e episódica. Há, portanto, um movimento pelo qual o jornalismo tende a universalizar a sustentabilidade a partir de discursos institucionalizados e a particularizar experiências vividas por grupos específicos. O efeito é uma forma de enquadramento em que a definição do problema permanece concentrada em atores do centro, enquanto a experiência das margens raramente redefine o debate.

Em síntese, os resultados mostram que a Folha de São Paulo representou a sustentabilidade e o meio ambiente por meio de uma polifonia desigual. O *corpus* exibe diversidade de vozes, mas privilegia com nitidez especialistas, empresariado e agentes governamentais, tanto em termos de autoria opinativa quanto de intertextualidade em notícias e colunas. ONGs, sociedade civil e organismos internacionais ocupam posição intermediária; estudantes, comunidades tradicionais, ativistas e outras vozes menos institucionalizadas possuem presença reduzida. Esse padrão confirma que o acesso à fala midiática permanece fortemente condicionado por capital simbólico, autoridade institucional e compatibilidade com as formas predominantes de legitimação jornalística. Ao mesmo tempo, indica a necessidade de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

uma cobertura mais plural e sensível à complexidade socioambiental, capaz de incorporar de modo consistente experiências e saberes historicamente marginalizados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar a representação midiática da sustentabilidade e do meio ambiente no jornal Folha de São Paulo entre junho de 2022 e maio de 2023, identificando quais vozes sociais foram acionadas no debate e de que modo sua distribuição expressa assimetrias de poder. A investigação mostrou que o *corpus* é efetivamente polifônico, uma vez que reúne especialistas, empresas, governos, organismos internacionais, ONGs, ativistas, sociedade em geral, estudantes, comunidades tradicionais, políticos, legislação e outros repertórios discursivos. Contudo, também demonstrou que essa polifonia é fortemente hierarquizada.

Especialistas, empresariado e governos constituem o núcleo mais frequente e legitimado do debate. Eles aparecem tanto como autores preferenciais de textos de opinião quanto como principais vozes representadas nas notícias. Em posição intermediária, encontram-se ONGs, organismos multilaterais e referências à sociedade em geral. Já estudantes, comunidades tradicionais, ativistas de menor institucionalização e outras vozes contra-hegemônicas permanecem em condição de baixa visibilidade. A sustentabilidade, dessa forma, é representada por múltiplos agentes, mas não em condições equivalentes de fala e autoridade.

Os resultados reforçam a compreensão de que a mídia participa da construção de hegemonias discursivas. Ao privilegiar atores dotados de capital técnico, econômico e institucional, o jornalismo tende a reforçar enquadramentos nos quais a sustentabilidade aparece como problema prioritariamente regulatório, técnico, gerencial ou mercadológico. Isso não significa ausência de questões sociais e críticas, mas indica que tais questões, quando se apresentam, não estão no cerne do debate. A distribuição desigual das vozes contribui, assim, para naturalizar certos modos de pensar a sustentabilidade e limitar a circulação ampliada de perspectivas capazes de tensionar estruturas de poder mais profundas.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo confirma a utilidade da intertextualidade como categoria de análise para investigar a representação midiática de temas socioambientais. Ao observar quem é convocado a falar, em quais gêneros e com que frequência, a pesquisa torna visíveis mecanismos de legitimação discursiva frequentemente diluídos na aparência de neutralidade jornalística. Do ponto de vista social e político, os resultados sugerem que a democratização do debate público sobre sustentabilidade depende também de transformações

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

nas rotinas e critérios de seleção de fontes por parte da mídia. Em um contexto de crise climática e intensificação de desigualdades, ampliar o repertório efetivo de vozes não é apenas questão de diversidade formal, mas de qualidade democrática e de justiça cognitiva no tratamento dos desafios socioambientais.

A principal contribuição deste estudo consiste em oferecer um diagnóstico empiricamente fundamentado sobre a distribuição de vozes na cobertura midiática da sustentabilidade em um dos principais jornais do país. Ao evidenciar a centralidade de especialistas, agentes governamentais e representantes empresariais, a pesquisa produz conhecimento útil para os campos do jornalismo ambiental, da comunicação crítica e da gestão socioambiental. Também contribui para debates sobre democratização da mídia ao mostrar que diversidade temática não se converte automaticamente em diversidade de representação social.

Para futuras pesquisas, recomenda-se a comparação com outros veículos jornalísticos e mídias digitais nativas. Também seria proveitoso examinar em que medida diferentes formas de jornalismo ampliam ou restringem a pluralidade de representações.

Agradecimentos

Este trabalho recebeu o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) por meio do Processo: 00193-00002223/2023-50.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. **Problemática da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007.

BURSZTYN, M. A. A.; BURSZTYN, M. Desenvolvimento Sustentável: a biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, E. P.; VIANNA, J. N. **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 54-67.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como método de pesquisa social científica. Tradução de Iran Ferreira de Melo. **Linhas D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

HAJER, M. A. Coalitions, Practices, and Meaning in Environmental Politics: From Acid Rain to BSE. In: HOWARTH, D.; TORFING, J. **Discourse Theory in European Politics:** Identity, Policy and Governance. London: Palgrave Macmillan, p. 297-315, 2005.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 28 dez 2024.

IVC - INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO. **Ranking de Veículos de Comunicação 2023** (relatório). São Paulo. 2023.

LUMIVERO. **NVivo** (versão 11). [S. l.]: Lumivero, 2015. Software. Disponível em: <https://www.qsrinternational.com/nvivo-qualitative-data-analysis-software/home>. Acesso em: 25 mar 2025.

MENDONÇA, D. G. D. **População em situação de rua: como as ações e políticas públicas são representadas na Folha de São Paulo**. Brasília: Universidade de Brasília, 2024.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, E. P. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, prosperidade e decrescimento**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 415-433, 2012.

RAMALHO, I. D. S. **Representação Discursiva da Violência e da Violação de Direitos contra pessoas em situação de rua nas plataformas on-line do Correio Braziliense (2014-2018)**. Brasília: Universidade de Brasília, 2020.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa.** Campinas: Pontes Editores, 2011.

SANTOS, L. L. D. Comunicação e consumo sustentável: das entrelinhas do capitalismo leve ao enquadramento da sustentabilidade na mídia. **Revista Fronteiras, Estudos Midiáticos**, v. 7, n. 3, p. 223-233, set./dez. 2005. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33409-42903-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 dez 2024.

SULTANA, Farhana. The unbearable heaviness of climate coloniality. **Political Geography**, v. 99, n. 102638, p. 1-14, 2022.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

UNITED NATIONS. **Agenda 21**. United Nations Conference on Environment and Development. Rio de Janeiro: United Nations. 1992.

VAN DIJK, T. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2015.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.